

Ibama vai fiscalizar as usinas de Carajás

BRASÍLIA — As quatro usinas siderúrgicas produtoras de ferro-gusa instaladas na área de influência do Programa Grande Carajás (PCG) — duas em Marabá, no Pará, e duas em Açailândia, no Maranhão —, terão que passar por uma vistoria apurada que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai realizar a partir desta semana. O Ibama quer saber a procedência da madeira que vem sendo usada como carvão vegetal por essas siderúrgicas, em seus fornos de redução, e evitar a devastação de milhares de hectares de florestas do sul do Pará e sudoeste do Maranhão, uma das regiões mais devastadas do país, segundo avaliações do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Não somos contra as siderúrgicas, mas elas têm que ter área de reflorestamento e produzir o carvão vegetal que consomem”, afirma a presidente do Ibama, socióloga Tânia Munhoz. Segundo ela, a maioria das siderúrgicas da área de influência de Carajás ainda não teve seus Projetos Integrados Floresta-Indústria (Pifi) aprovados pelo Ibama e pelas secretarias do Meio Ambiente dos estados onde estão instaladas. “Todo mundo naquela região diz que consome madeira da floresta inundada pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí”, alerta Tânia Munhoz, afirmando que o Ibama será rigoroso na fiscalização das siderúrgicas de Carajás.

Essas siderúrgicas, aprovadas com incentivos fiscais, são grandes consumidoras de carvão vegetal e já provocaram a indignação do secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger, que chegou a ameaçar deixar o governo caso não seja dada uma solução para o consumo desenfreado de carvão vegetal por essas siderúrgicas. O Ibama constatou que na área de influência da ferrovia Ferro-Carajás, que liga a mina de ferro da Serra de Carajás, explorada pela Compa-

nhia Vale do Rio Doce (CVRD), ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão, já foram desmatados mais de 15 milhões de hectares de floresta nativa.

A maior das siderúrgicas em funcionamento na região é a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), do grupo Itamifas, instalada no Distrito Industrial de Marabá, no Pará, há mais de dois anos, que consome anualmente 126 mil toneladas de carvão vegetal para produzir 180 mil toneladas/ano de ferro-gusa. Utilizando o ferro da Serra de Carajás como matéria-prima, a Cosipar até hoje ainda não teve aprovação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o seu Plano Integrado Floresta-Indústria (Pifi) e vem usando em seus fornos de redução carvão vegetal produzido em madeiras da região e madeira submersa pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí.

“Essas siderúrgicas não podem continuar funcionando assim”, garante o presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará, Sérgio Leão, ressaltando, porém, que a legislação vigente à época da aprovação de implantação dessas siderúrgicas dava um prazo de 10 anos para que elas se adequassem ao consumo de carvão vegetal. A Cosipar, por exemplo, já adquiriu uma área de 30 mil hectares para desenvolver o plantio de árvores para utilizar como carvão vegetal, mas ainda não iniciou o projeto.

Além da Cosipar, a fiscalização do Ibama na área de influência do Programa Grande Carajás pretende centralizar seus esforços na Siderúrgica de Marabá (Simara), que está com suas atividades paralisadas, e também nas Siderúrgicas Viena e Vale do Pindaré, em funcionamento em Açailândia. Outras quatro siderúrgicas estão em fase de instalação em Açailândia, inclusive uma do grupo Gerdau, também para a produção de ferro-gusa.

Governo teme antigos erros

Condenado pelo Tribunal Permanente dos Povos (TPP), presidido pelo belga Francis Rigaux, por contribuir para a destruição da floresta amazônica, o Brasil Novo, do presidente Fernando Collor, quer corrigir os erros cometidos pelos governos anteriores. “Nós temos um passado. Havia uma maneira equivocada de encarar os nossos recursos naturais”, reconhece a presidente do Ibama, Tânia Munhoz. “O tribunal não julgou os sete meses do atual governo”, emendou, assegurando que a política ambientalista implantada pelo secretário José Lutzenberger visa combater duramente novos desastres ecológicos e procurar corrigir os erros do passado.

“Alguém deveria ter dito no Tribunal que as coisas estão mudando no Brasil. Como diz aquela propaganda, ‘só não vê quem não quer’”, prosseguiu Tânia Munhoz. Na avaliação dos sete meses do governo Collor na parte ambiental, a presidente do Ibama vê um saldo altamente positivo, citando co-

mo exemplos a *Operação Amazônia* — que pretende reduzir as queimadas em 50% em relação ao ano passado; o Programa Nacional do Meio Ambiente (PMNA), que vai investir US\$ 155 milhões em projetos ambientais na Amazônia, Pantanal Matogrossense, Mata Atlântica e Zona Costeira, a criação de novas reservas extrativistas e unidades de conservação em todo o País.

“Estamos comprando briga com grandes madeiras, siderúrgicas e fazendeiros”, atesta Tânia Munhoz, mostrando que as multas aplicadas às irregularidades cometidas na Amazônia já atingiram, em apenas sete meses, cerca de US\$ 9 milhões. “Nunca mais alguém vai derrubar a floresta amazônica com recursos públicos”, promete Tânia Munhoz. “Não defendemos a Amazônia como uma região intocável pois lá habitam 10 milhões de brasileiros que precisam de alternativas econômicas para garantir sua sobrevivência”, concluiu.